

## INTERREGNO HEGEMÔNICO? UMA AVALIAÇÃO SOBRE A HEGEMONIA DOS ESTADOS UNIDOS A PARTIR DA ANÁLISE DAS RELAÇÕES DE FORÇA DOS CADERNOS CARCERÁRIOS DE GRAMSCI

*Rodrigo Duarte Fernandes dos Passos<sup>1</sup>*

**RESUMO:** O objetivo deste texto é argumentar em prol da hipótese de que elementos conjunturais apontam inaccuradamente um interregno hegemônico, perdendo de vista um processo histórico mais amplo que sustenta a manutenção da hegemonia norte-americana. A linha de argumento desenvolvida se vale de elementos da categoria de hegemonia e da análise das relações de força, ambas desenvolvidas por Antonio Gramsci, situando vários processos históricos em termos de uma revolução passiva. Tais referências buscam metodologicamente se diferenciar de análises que privilegiam aspectos conjunturais, ou de ênfase econômica, política, estatal ou uma perspectiva estritamente internacional. De forma alternativa, elas tentam situar a hegemonia em um processo histórico mais amplo em suas múltiplas dimensões, conectando organicamente as relações sociais fundamentais no nível nacional com o plano internacional. Nestes termos mencionados, uma breve análise busca situar em linhas gerais os processos históricos dos Estados Unidos e da China.

**Palavras-chave:** Gramsci, hegemonia, revolução passiva, relações de força, Gramsci, Estados Unidos, China.

**ABSTRACT:** The purpose of this text is to defend the following hypothesis: conjunctural elements point in an inaccurate way to a hegemonic interregnum, losing sight of a broader historical process that supports the maintenance of American hegemony. The developed argument is based on elements of the category of hegemony and the analysis of the relations of force, both developed by Antonio Gramsci, situating several historical processes in terms of a passive revolution. These references seek methodologically to differentiate from analysis that favor conjunctural aspects, or solely economic, political, state or a strictly international perspective. Alternatively, they attempt to situate hegemony in a broader historical process in its multiple dimensions, organically connecting fundamental social relations at the national level with the international system. In such mentioned terms, a brief analysis seeks to analyse the historical processes of the United States and China.

**Key-words:** Gramsci, hegemony, passive revolution, relations of force, United States, China.

### 1. INTRODUÇÃO

A discussão de um interregno hegemônico ou uma crise da hegemonia dos Estados Unidos não é uma novidade e remonta a alguns momentos de revés da posição norte-americana, por exemplo, o contexto da Guerra do Vietnã e aquele próximo da invasão soviética do Afeganistão, momento no qual se especulava não somente sobre uma eventual superioridade estratégica soviética em armas nucleares, bem como a construção de uma esquadra que suplantasse o poder naval dos Estados Unidos<sup>2</sup>. Ademais, uma vastíssima literatura em linha afim ao descenso do poderio de Washington se manifestou desde então<sup>3</sup>.

O relativo descenso econômico na segunda metade do século XX e outras dificuldades de tal ordem dos Estados Unidos há alguns anos no século XXI, desde o início da crise econômica internacional inaugurada em 2008, sugerem novamente uma avaliação semelhante, culminando no momento atual com uma ofensiva em nível nacional e internacional da gestão Trump em nome de uma tentativa de reverter tal quadro adverso. No fronte nacional, o “inimigo” é o conjunto dos migrantes. No fronte internacional, o forte ímpeto da disputa comercial

<sup>1</sup> Doutor em Ciência Política pela USP (2006). Livre-Docente em Teoria das Relações Internacionais pela UNESP (2019). Pesquisador do Grupo Marxismo, Estado, Política e Relações Internacionais e do Instituto de Estudos Econômicos e Internacionais da UNESP, docente da FFC-UNESP de Marília e de seu Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UNICAMP. Endereço eletrônico: rodrigo.passos@unesp.br

<sup>2</sup> Ver a respeito: Hassner (1979), Haselkorn (1979), Sullivan (1978), Clayberg (1977).

<sup>3</sup> Apenas para mencionar alguns exemplos, consulte-se: Wallerstein (2004), Kennedy (1991).

com a China, com a União Europeia e a rivalidade político-militar com a Rússia parecem “acusar o golpe” do declínio norte-americano. Tal ponto dá o ensejo da discussão deste ensaio.

Assim, o objetivo deste texto é responder à pergunta: a conjuntura e o processo em curso são suficientes para a caracterização de um interregno hegemônico norte-americano? A hipótese a ser sustentada ao longo deste ensaio é de que alguns elementos conjunturais sugerem de forma não muito acurada o entendimento de tal interregno hegemônico, perdendo de vista aspectos mais duradouros do processo histórico que apontam para uma direção distinta, ou seja, a manutenção estadunidense em sua posição de *hegemon*. Citando Edmundo Fernandes Dias a propósito de um raciocínio de alguma forma semelhante (1998: p. 51): “Afirma-se o fragmento, o detalhe, liquidando-se a totalidade como procedimento metodológico”. Em outras palavras, a hipótese a ser sustentada se coaduna com uma visão holista de processo histórico, sem buscar uma análise especializada na Ciência Política e na abordagem de inspiração tradicional das Relações Internacionais.

O texto percorrerá algumas etapas. A primeira será cotejar de forma breve uma abordagem sobre a leitura hegemônica sobre a categoria em tela inspirada em Gramsci com uma abordagem com maior ênfase em termos de uma leitura alternativa, inspirada na avaliação das relações de força conforme a escrita prisional do prisioneiro sardo, apresentando também os esboços gramscianos sobre a incipiente hegemonia dos Estados Unidos. A segunda etapa analisará desdobramentos da análise inicial de Gramsci e uma avaliação a partir dos elementos propostos pelo raciocínio gramsciano com base nas relações de força com vistas ao caso norte-americano em termos sumários de processo histórico e alguns pontos de sua conjuntura atual – com especial ênfase também à China - buscando sustentar a hipótese enunciada referente à manutenção da sua hegemonia. As considerações finais apontarão resumidamente os argumentos de forma resumida e algumas possibilidades de desenvolvimento posterior.

## 2. UMA LEITURA HEGEMÔNICA SOBRE GRAMSCI E A HEGEMONIA INTERNACIONAL, SEU CONTRAPONTO E O INÍCIO DA HEGEMONIA ESTADUNIDENSE

A propósito do problema em pauta e a categoria de hegemonia, por vezes muito associada a Gramsci, uma certa definição de hegemonia é comumente retomada na literatura nacional e internacional, no mais das vezes evocando Robert W. Cox (1981) como o grande intérprete do autor italiano. O texto a ser apresentado não corrobora tal tendência, valendo-se de avaliações preliminares que demonstram uma significativa distância entre a interpretação coxiana e aquela do prisioneiro do fascismo italiano (SAAD-FILHO & AYERS, 2008; PASSOS, 2013).

Na vastíssima literatura internacionalista associada a Gramsci, mas na verdade majoritariamente tributária de Cox e assim dita “gramsciana” ou “neogramsciana”<sup>4</sup>, são reproduzidas linhas metodológicas e analíticas que não fazem jus, entre outras, a uma das passagens centrais dos cadernos carcerários gramscianos, senão a mais importante em conformidade com estudiosos do comunista sardo (BIANCHI, 2008: p. 244; COSPITO, 2000: p. 102-103). A saber, o parágrafo 17 do caderno carcerário 13 (GRAMSCI, 1975: p. 1578-1589), que se debruça sobre a complexa perspectiva de análise histórica ou de “metodologia histórica”, de acordo com o dizer gramsciano, ou a “Análise de situações: relações de força”, como é intitulada a passagem em questão. Conforme já apontou também relevante literatura, é evidente que há várias apropriações de Gramsci desde os anos 1950, com antologias e coletâneas que não mostram a escrita fragmentária, assistemática e inconclusa de sua redação carcerária e que trazem o autor sardo para outras paróquias intelectuais, de acordo com a visão parcial acentuada por alguns trechos de sua lavra, mas não pelo conjunto da sua obra e vida (BIANCHI, 2008; DIAS ET ALII, 1996 e DIAS, 2012). Dentre outros pontos, tais apropriações sugeriam que seu legado fosse sistemático e conclusivo, o que inspirou direta e indiretamente diferentes formatos de reunião de alguns de seus textos prisionais no mundo anglo-saxônico. Isto contribuiu para moldar uma certa interpretação sobre o autor em pauta, direcionando-a e circunscrevendo-a nos marcos da tradicional abordagem da Ciência Política e das Relações Internacionais<sup>5</sup>, focando em aspectos estatais

<sup>4</sup> Cite-se por exemplo, dentre outros, Murphy (1994), Gill (1994), Rupert (1995).

<sup>5</sup> Ressalte-se, de forma incoerente com a perspectiva marxista de Gramsci, de totalidade na expressão de uma unidade orgânica entre história, filosofia e política. Como já analisou Carlos Nelson Coutinho (2007: p. 93 e p. 101), para Gramsci a política é o fio condutor, o aspecto mediador para se abordar o todo, de forma semelhante como a economia cumpre tal papel na obra de Marx. Importante ressaltar também que a perspectiva de situar Gramsci em uma análise focada nos referenciais tradicionais se insere no movimento mais amplo de encastelamento epistemológico e ontológico da Ciência Política na qual a

e estadocêntricos abstratos da hegemonia – como se o Estado fosse coeso e monolítico, sem conflitos e sem fissuras ou ambiguidades nos seus projetos hegemônicos e vivenciasse relações políticas e nexos econômicos de porto a porto, sem outras conexões, retrato típico de um mundo oitocentista que não mais existe - em detrimento das questões mais amplas e complexas da história e das forças sociais no nexo orgânico entre nacional e internacional. Em alguma medida e de forma indireta, o legado de um Gramsci de viés estadocêntrico remete às já mencionadas interpretações de Cox. Não somente porque se desconsidera um conjunto de aspectos relevantes para a avaliação da hegemonia no plano nacional e seus nexos com as relações internacionais, como também os aspectos múltiplos que a compõem, incluindo as relações sociais fundamentais e os conflitos envolvendo grupos e classes sociais e seus respectivos fracionamentos e ambiguidades.

Dito isto, a hegemonia na acepção gramsciana não pode ser significadamente como domínio e poder econômico e militar de um Estado sobre os demais no sistema internacional<sup>6</sup>. Não pode ser reduzida a um epifenômeno da política, como normalmente consta nas análises internacionalistas ou a perspectivas metodológicas dualistas, em termos dos seguintes pares: hegemonia e ausência de hegemonia ou hegemonia e “contra-hegemonia”. Todo processo histórico envolve embate de perspectivas hegemônicas – dirigentes e/ou dominantes de fato ou aspirantes a tal condição, completas em escopo ou não, necessariamente dotadas de contradições e fissuras internas. Uma eventual formulação de “contra-hegemonia”<sup>7</sup> não somente não encontra par em toda a obra gramsciana, como também significa um empobrecimento e a localização da categoria de hegemonia em uma paróquia intelectual estranha à lógica da complexidade da avaliação das relações de força em uma totalidade histórica. A hegemonia não pode ser avaliada como um bloco coeso, unânime e monolítico ou associada como tal a um Estado como se seu projeto hegemônico fosse dotado de tais características.

Tomada na sua forma histórica completa como uma visão de mundo que envolveu uma radical e profunda transformação – como foram a fase jacobina da Revolução Francesa e o processo histórico inicial da Revolução Russa de Outubro de 1917, a hegemonia possui uma unidade orgânica entre força e consenso, com o predomínio deste último e um processo dirigente desenvolvido através da sociedade civil. Como forma completa, a hegemonia na sua manifestação histórica específica tem como elemento mais importante da análise das relações de força a justificativa de uma atividade prática como vontade transformadora das multidões, como uma força cada vez mais homogênea, compacta e dotada de consciência (GRAMSCI, 1975: p. 1588). A hegemonia no âmbito interno possui um nexo orgânico com as relações internacionais, sendo a separação entre tais níveis apenas um recurso metodológico.

Conforme argumentado a partir da escrita carcerária de Gramsci, a hegemonia no plano interno raramente é completa. Na maioria dos distintos processos históricos, a hegemonia é incompleta, não realiza uma profunda vontade transformadora de cunho radical em vista de uma nova consciência das massas e possui o predomínio da força, com a sua realização através do Estado ao se constatar a ausência de elementos suficientes de consenso para direção de uma classe por meio da sociedade civil. Em uma palavra, parafraseando Peter Thomas (2018, p. 186) uma hegemonia “fracassada”, ou de acordo com as hipóteses de Gramsci nos cadernos carcerários, o que ele chamou de revolução passiva para os processos históricos da França após a fase revolucionária jacobina, da Itália desde a sua reunificação até o fascismo e também o caso norte-americano dos trinta primeiros anos do século XX. Uma “revolução sem revolução”, “uma revolução pelo alto”, um processo histórico de uma transformação conservadora, envolvendo por vezes acordos entre novas e velhas classes e grupos dominantes, além de suas frações. Uma mudança que cede a algumas das demandas das classes e grupos subalternos, com o intuito de passivizá-los, sem dar-lhes protagonismo político. Tal formato da hegemonia foi apontado em termos de hipótese de Gramsci como a chave histórica para avaliar a maioria dos distintos processos ocorridos após a Revolução Francesa. Desdobra-se daí, conforme será argumentado abaixo, que a categoria de hegemonia nas suas mais distintas manifestações históricas – inclusive como revolução passiva – pode ser uma importante chave analítica para possibilitar uma análise de

---

área de Relações Internacionais se inseriu desde sua institucionalização nas universidades. Sobre uma perspectiva geral de tal confinamento, consultar Rosenberg, 2016.

<sup>6</sup> Este é o sentido sugerido por Keohane (2002) ao interpretar Gramsci através da leitura efetuada por Cox.

<sup>7</sup> A provável origem do termo contra-hegemonia é devida a Williams (1977).

caráter mais abrangente entre os aspectos nacionais e internacionais. É importante ressaltar, contudo, que a interpretação hegemônica de Cox sobre Gramsci nas Relações internacionais que não há hegemonia quando existe a revolução passiva (COX, 2007: p. 93). Diferentemente, o argumento aqui sustentado aponta para o vínculo orgânico entre hegemonia e revolução passiva.

A hipótese mencionada por Gramsci para tais casos se relaciona à busca de um equilíbrio internacional passivo no sistema internacional, com as classes tradicionais buscando bloquear, após a Revolução Francesa, a emergência de uma nova vontade popular radical e transformadora recorrendo à forma da hegemonia incompleta como revolução passiva (GRAMSCI, 1975: p. 1560).

Nos termos históricos dos momentos analisados de “hegemonia fracassada”, a hegemonia no plano internacional não acompanhou o caráter de uma forma completa, de profunda e radical transformação que ocorreu nos casos francês e russo mencionados. Por outras palavras, não existiu uma hegemonia francesa e russa no plano internacional no mesmo momento da manifestação de uma nova e profunda vontade nos processos em questão no plano nacional. A rigor, o momento da Revolução Russa de Outubro de 1917 coincide cronologicamente em parte com a nascente hegemonia dos Estados Unidos. O processo histórico inicial da hegemonia dos Estados Unidos é discutido na chave da hipótese de uma revolução passiva com um conteúdo fordista para muito além de uma abordagem de um mero modelo de gestão como aparentemente tal designação pode sugerir.

Tal processo consistiu na emergência de uma verdadeira concepção de mundo adequada à perspectiva mais ampla ensejada pelo fordismo. A produção em massa almejada só faria sentido socialmente com todo um conjunto de condições sociais que possibilitassem o consumo em massa. A fim de viabilizar tal quadro, Gramsci constata um conjunto de condições sociológicas e demográficas favoráveis nos Estados Unidos comparativamente à Europa: a ausência de classes sociais e grupos intermediários “parasitários” remanescentes das antigas nobrezas que dificultassem a acumulação e a produção em massa, a presença de um contexto proibicionista contrário ao alcoolismo e defensor de uma rigidez moral, sexual e financeira para as classes menos abastadas, alinhado a uma visão submissa, servil e coisificada da mulher como parte do conjunto de aspectos adequados aos nervos e músculos para os operários e classes subalternas bem desempenharem a produção massiva em questão. Um relativo aumento salarial aos operários que se submetessem a tal disciplina seria uma contraparte à intensificação da produção e da disciplina fabril, fortemente majorada em vista também da pulverização e enfraquecimento dos sindicatos. Sumariamente, esta é a avaliação na qual a lavra prisional de Gramsci situa o nascimento da hegemonia norte-americana até os anos 1930, um processo de passivização das classes subalternas referente à emergência de uma nova materialidade e subjetividade de conteúdo fordista (GRAMSCI, 1975: p. 2137-2181). Tal é o contexto que prepara o caminho para ser consolidada a hegemonia estadunidense após a Segunda Guerra Mundial.

### **3. UMA BREVE AVALIAÇÃO DAS RELAÇÕES DE FORÇA DO PROCESSO HISTÓRICO HEGEMÔNICO DOS ESTADOS UNIDOS E DA CONJUNTURA RECENTE**

Algumas das assertivas centrais gramscianas para a avaliação das relações de força sustentam não perder de vista o que é conjuntural e o que é orgânico, o que é economicista ou politicista e o que é da ordem de uma totalidade, o que é voluntarista em termos de uma opção política conjuntural ou equivocadamente atribuída somente a uma escolha de um governante, partido, grupo ou figura individual e o que é uma análise em que se conjuga ou se separa a parte em relação ao conjunto do processo histórico em termos coletivos no embate entre classes, grupos e suas respectivas frações. Outra assertiva relevante é uma paráfrase de uma formulação de Marx segundo a qual nenhuma formação econômico-social desaparece antes de se esgotar o desenvolvimento e amadurecimento das forças de produção da vida, bem como suas relações de produção. Uma importante ressalva gramsciana é que nenhuma forma social se confessará superada em contexto ocasional e de processo histórico no antagonismo das diversas forças sociais, demandando um exame cuidadoso a respeito das contradições insanáveis no âmbito da estrutura, da base das relações sociais fundamentais, antes que se possa caracterizar um novo momento histórico, decorrente de uma significativa transformação e, por conseguinte, a assunção de uma nova hegemonia. Em linhas gerais, enuncia-se que faltam às análises situar os aspectos conjunturais em termos históricos mais amplos, não reduzindo a análise a um partido ou governante, tampouco abstraindo partes do todo ou tecendo ênfases politicistas, economicistas ou internacionalistas. Tanto quanto possível, deve-se buscar a totalidade histórica.

Desdobrando tais formulações para a discussão em tela, as seguintes perguntas são da maior relevância: há elementos históricos e conjunturais suficientes para caracterizar um interregno hegemônico dos Estados Unidos? Os sinais da gestão Trump e da ação individual do mandatário mencionado são suficientes para o diagnóstico de um declínio ou perda da hegemonia? Considerando a hipótese enunciada, buscar-se-á argumentar uma resposta negativa.

Ao se buscar o alcance das formulações anteriores deste texto em termos dos nexos das questões conjunturais com o processo histórico mais amplo que envolve a avaliação da hegemonia dos Estados Unidos, uma breve digressão histórica é necessária a fim de argumentar que aspectos relativos a uma relativamente menor presença econômica norte-americana ao longo de um processo não é suficiente, em termos de uma avaliação mais ampla, para sustentar um eventual interregno hegemônico.

Assim, buscar-se-á uma análise histórica geral dessas relações de força desde o período posterior aos anos 1930, onde param as análises embrionárias de Gramsci sobre o americanismo – termo por ele designado à hegemonia dos Estados Unidos – e o fordismo – o respectivo conteúdo de tal hegemonia. Assim, parte-se da Segunda Guerra Mundial.

O conflito inter-hegemônico entre as classes abastadas dos Estados Unidos e das potências do eixo que culminou na Segunda Guerra Mundial consolidou a posição norte-americana. Sua hegemonia de conteúdo fordista se desdobrou no âmbito das relações sociais fundamentais para as relações internacionais, possibilitando, entre outros pontos, potencializar ainda mais a superioridade numérica de recursos e forças produtivas para impor sua vontade no referido conflito. As pontuais superioridades técnicas alemãs em alguns armamentos – que não puderam ser produzidos em maior escala, diferentemente do caso norte-americano - foram neutralizadas pela economia de série estadunidense que permitia um enorme vínculo entre a economia e a indústria civil e militar, assegurando, por exemplo, vários componentes comuns a tanques e automóveis da indústria civil, além de menor preço. Entre outros pontos que exemplificam tudo isto, mencione-se que as mulheres foram incorporadas massivamente às linhas de montagem nas indústrias de armamentos e suprimentos, substituindo a grande presença masculina nos teatros de operações do conflito mundial.

O conflito terminou com muitas baixas humanas para todos os lados. Todavia, em termos comparativos, o quadro final favoreceu os Estados Unidos, que manteve seu território quase intacto frente à destruição e teve menos vidas ceifadas do que os outros Estados envolvidos. Tal informação é pertinente particularmente no que refere à União Soviética que, a despeito de também ter imposto sua vontade às potências do eixo no campo de batalha, teve as maiores baixas, com estimativas de mais de vinte milhões de mortes e destruição de boa parte de sua economia e território. O desenvolvimento pioneiro do armamento nuclear pelos Estados Unidos ao fim do conflito foi mais um ponto importante para a consolidação de sua hegemonia. Cerca de 50% do PIB e comércio mundiais, em cifras aproximadas, pertenciam aos Estados Unidos nesta ocasião. A sua organização social de cunho fordista já era uma referência para outros Estados relevantes em tal contexto histórico, mais um ponto que atesta sua condição hegemônica<sup>8</sup>. Importa ressaltar que tal referência não implica em uma homogeneização em termos históricos na forma como as diferentes formações econômico-sociais dos distintos Estados lidaram com tal “modelo”. Usando uma ressalva do próprio Gramsci segundo a qual o capitalismo é um fenômeno histórico mundial com um desenvolvimento desigual (GRAMSCI apud MORTON, 2007: p. 47), é possível afirmar que o fordismo foi resignificado em termos dos vários aspectos dos distintos Estados que envolvem uma totalidade histórica e suas transformações nos seus nexos inquebráveis com as relações internacionais. A referência do fordismo foi acompanhada de inúmeros aspectos hegemônicos de ordem cultural, ideológica, econômica, linguística, econômica, dentre outras, organicamente conectadas entre si. Reafirmando o que foi sistematizado neste texto, todos estes aspectos estão imbricados organicamente, inclusive os aspectos nacionais e internacionais.

Registre-se, por exemplo, que a emergência da União Soviética como potência que concorreria com os Estados Unidos no novo conflito inter-hegemônico da Guerra Fria se respaldou previamente, entre outros pontos, na industrialização e produção em massa em bases fordistas com uma roupagem de “stakhanovismo”<sup>9</sup>. Tal

<sup>8</sup> Vários aspectos tratados nesta seção se baseiam nas seguintes fontes: Hobsbawm (1995), Harvey (1992), Buci-Glucksmann & Therborn (1981).

<sup>9</sup> Referência a Alexei Stakhanov, operário soviético que em 1935 teria ultrapassado em muito a sua cota de extração diária de carvão e foi usado como instrumento de propaganda e de coação pelo governo de Stalin a fim de buscar que os operários trabalhassem até a exaustão em nome do entendimento de

redirecionamento do processo histórico soviético – evidentemente não analisado mais a fundo por Gramsci – o credencia, em termos de uma hipótese, como parte de um novo rumo em relação àquele inaugurado em 1917, em bases bastante diferentes, nos moldes também de uma revolução passiva<sup>10</sup>.

O credenciamento da União Soviética como potência global em contexto competitivo com os Estados Unidos e sua localização – bem como de suas tropas e novos Estados hegemonzados por Moscou no plano regional – próxima aos Estados europeus e asiáticos derrotados e ocupados pelas forças estadunidenses não passaram incólumes no imediato pós-Guerra. Como afirmou Gramsci (1975: p. 1562), a posição geográfica não precede mas segue logicamente as inovações estruturais (todas aquelas referentes à produção da vida na base social), interagindo com a superestrutura (a consciência social e a base coercitiva e jurídica do Estado), assim como interação política e economia e demais aspectos em termos de totalidade. A título de hipótese, nos países europeus ocupados pelos Estados Unidos, isto se desdobrou em termos de distintas perspectivas hegemônicas passivadoras de aportes econômicos significativos originados dos Estados Unidos com a finalidade de reconstrução física e econômica e de assunção de um aparato relativo de direitos e seguridade social que garantiu uma certa estabilidade e “bem-estar” e contraponto ao dito modelo do “socialismo real” soviético, de um significativo caráter mais equalizador em termos sociais (a despeito de várias ressalvas). Na porção europeia hegemonzada pelos Estados Unidos, emergiu uma certa estrutura de “bem-estar” com uma posição relativamente significativa de força dos sindicatos dos trabalhadores que deu um certo fôlego por algum período a tal quadro. Novamente, coloca-se aqui em termos analíticos a hipótese de uma passivização das classes trabalhadoras e grupos subalternos, como ponto relevante do caráter incompleto da hegemonia norte-americana como revolução passiva.

Todo este processo ensejou uma diminuição relativa da posição econômica dos Estados Unidos em escala global, culminando com momentos de dificuldades mais agudas nos anos da Guerra do Vietnã e seguidas ondas de obstáculos de tal ordem desde então.

É importante sublinhar que toda a estrutura social destes Estados asiáticos e europeus hegemonzados pelos Estados Unidos teve a base de produção da vida ressignificada durante todo o processo da Guerra Fria, transformada em vários aspectos, mas sem questionar em profundidade os princípios fordistas de produção e consumo em massa. Obviamente, em alguma medida, Os Estados Unidos também se incluem nisto. O surgimento de novas estruturas produtivas ligadas ao toyotismo, *just in time* são exemplares neste sentido.

O final relativamente pacífico da Guerra Fria e a desintegração da União Soviética esvaziaram o sentido de justificar a continuidade do que sobrou do aparato de seguridade e proteção dos Estados europeus e asiáticos, inclusive aqueles antes hegemonzados por Moscou, tornando muito mais frágil a condição das classes trabalhadoras em escala global. Afinal, não havia mais o que temer em termos do modelo soviético que pudesse incitar tensões sociais pelo pleito de um modelo mais justo. Formatos desiguais e combinados das diretrizes neoliberais reverberaram a hegemonia estadunidense em todo o mundo, com uma contínua relativização de sua posição econômica, mas ainda sem questionar os princípios de fundo do fordismo, ainda que se leve em conta todos os novos modelos de reestruturação produtiva e tecnológica aplicados desde então, bem como os demais aspectos que compõem a hegemonia em termos de totalidade. Acrescente-se, por exemplo, que cultural e ideologicamente os inúmeros aspectos da hegemonia estadunidense permaneceram significativos, sendo reinventados e ressignificados em termos das limitadas, mas contínuas transformações históricas. Todo o processo posterior à Segunda Guerra Mundial trouxe incontestes indícios de perda relativa de pujança econômica pelos Estados Unidos, ainda que sua economia ainda esteja entre as duas maiores do mundo, como será discutido logo abaixo.

Novas possibilidades de novos conflitos inter-hegemônicos pareceram emergir no pós-Guerra Fria envolvendo os Estados Unidos, mas com fôlego econômico que não sustentou tais hipóteses: o Japão no final dos anos 1980 e início dos anos 1990 e a União Europeia nos anos 1990 e início do século XXI. Por fim, no momento

---

que não mais havia exploradores e os ganhos de produção excedente seriam apropriados exclusivamente pela classe operária. Tal lógica ignora um dos pontos fundamentais da avaliação das relações de força que dá notícia de que a técnica não é neutra tampouco pode ser destacada de uma concepção de mundo pertencente a um modo de vida e/ou a uma classe. Por outras palavras, a associação de uma perspectiva produtiva de conteúdo fordista a um suposto socialismo ou rótulo de socialismo não livra sua vinculação das bases originárias de reestruturação e ressignificação do modo capitalista de vida, ponto que caracteriza o novo padrão hegemônico analisado por Gramsci de origem norte-americana.

<sup>10</sup> Ver mais a respeito em Dias (2012).

da escrita deste artigo, emerge a China a um patamar de liderança econômica com um PIB de 21 trilhões de dólares ante um PIB norte-americano na casa dos 18 trilhões de dólares, tomando-se por base uma nova metodologia do Banco Mundial (apud SMITH, 2017) que leva em conta a paridade do poder aquisitivo, segundo a fonte consultada, buscando um parâmetro mais acurado, baseando-se em preços relativos. Este indicador, um dos mais importantes, parece atestar de forma contundente a ascensão chinesa e o declínio norte-americano, inclusive com projeções de que a China continuará aumentando sua vantagem em indicadores econômicos na comparação com os Estados Unidos. Junto a tudo isto, a gestão Trump endurece o tom nas disputas comerciais com a China e objetiva reestabelecer sua hegemonia industrial, buscando viabilizar a volta de plantas industriais para o solo estadunidense. Então, por que se sustenta serem tais parâmetros insuficientes para diagnosticar um interregno hegemônico?

Considerando as ressalvas metodológicas já enunciadas neste texto, uma análise nos termos pretendidos não se pretende voluntarista, politicista, economicista ou estadocêntrica. Em outras palavras, um conjunto abrangente de aspectos deve ser considerado nos planos nacional e internacional, mas sem destacar um enfatizar abstratamente um ou poucos aspectos.

A posição econômica chinesa não pode ser vista de forma isolada, como se seus nexos econômicos fossem completamente autônomos, como uma análise meramente estadocêntrica pode sugerir. A disputa comercial recente entre China e Estados Unidos é sintomática do fato de que a pujança da Terra do Meio seja altamente dependente de Washington e do fato de possuir o *status* oficial de nação comercialmente mais favorecida. Como tal dependência poderia atestar uma posição econômica hegemônica de Pequim? Em boa medida, a força da economia chinesa se baseia na sua industrialização massiva direcionada às exportações de manufaturas barateadas, dos quais os Estados Unidos são um dos maiores destinatários. Ao mesmo tempo, a atração proporcionada por sua infraestrutura, mão de obra barata levaram enorme monta de investimentos de grandes conglomerados econômicos originados dos Estados Unidos e da União Europeia, que fizeram da China a base que abastece e se conecta com várias cadeias internacionais de produção de valor (KURZ, 2006). Como é amplamente sabido, a localização de subsidiárias no exterior de empresas de atuação internacional significa, na maioria das vezes, que a direção global, os seus núcleos de pesquisa e de inovação e o destino dos lucros não estejam nestes países, mas sim naquele onde se localiza a direção e a matriz da empresa. Considerando o caso analisado, parece uma obviedade que isto se aplique à China, que abrigaria praticamente as fábricas e divisões que possam desfrutar de menores custos para tais empresas.

Como um conjunto de alianças entre Estados que envolvessem, por exemplo, os BRICS (obviamente com a China inclusa) poderiam caracterizar um desafio hegemônico aos Estados Unidos com o seu caráter dependente – em maior ou menor grau – em relação aos Estados Unidos? Novamente se ressaltam os limites de um argumento estadocêntrico, como se os Estados, suas elites, grupos e classes dirigentes e dominantes fossem dotados de projetos coesos, homogêneos e monolíticos, sem contradições ou ambiguidades. Aparentemente, um conjunto de ações no âmbito deste grupo de países, suas classes, elites e grupos pode ser desafiadora e competitiva. Não se descarta tal hipótese. Porém, pelos mesmos motivos enumerados no parágrafo anterior, é preciso ressaltar que a pujança econômica chinesa e do restante dos membros dos BRICS advêm de um contexto de dependência em maior ou menor grau com a economia norte-americana.

Como avaliar os diversos nexos entre empresas sediadas nos Estados Unidos com plantas industriais localizadas na China, além dos vínculos com vários setores econômicos da China com as elites financeiras norte-americanas? Como avaliar, de acordo com a perspectiva de Hilferding sobre o capitalismo na sua fase imperialista (HILFERDING, 1981; FRANCO, 2015) as diversas sínteses concretas possíveis entre o capital financeiro e o setor produtivo na perspectiva da dependência da economia chinesa com as elites financeiras norte-americanas, bem como dos demais países – como o conjunto dos BRICS – que são apresentados como desafiadores da ordem hegemônica norte-americana? Como ignorar que o padrão de modernização chinesa nas últimas décadas segue o padrão fordista, com as suas devidas especificidades, transformações e adaptações, bem como uma inserção no contexto hegemônico norte-americano desde o momento de sua aproximação diplomática com Washington sacramentado formalmente em 1979, também em termos de uma hipótese de revolução passiva?<sup>11</sup> As questões mencionadas, por si só, já sugerem hipóteses que colocam a República Popular da China no campo da hegemonia estadunidense.

---

<sup>11</sup> Ver a respeito Gray, 2010.

A hipótese de situar a China em termos de uma revolução passiva em uma análise de relação de forças no âmbito da hegemonia estadunidense é também um contra-argumento à tese de um interregno hegemônico.

Assim escreve Kevin Gray (2010: p. 456, tradução própria) sobre as origens e desdobramentos históricos de tal processo:

A decisão da China de empreender uma virada para o exterior e a liberalização econômica tem sido comumente interpretada como a resposta da liderança pós-Mao a problemas internos endêmicos que estavam minando a legitimidade do Partido Comunista Chinês (PCC). Esses problemas incluem a ineficiência sistemática e o desperdício associados ao planejamento central de estilo soviético, e o fracasso do maoísmo desenvolvimentista em estabelecer um regime viável de acumulação alternativa baseado na mobilização de massa. Além disso, argumenta-se frequentemente que, no final da década de 1970, havia um demanda social generalizada de mudança, particularmente entre aqueles que sofreram sob as mobilizações políticas da Revolução Cultural, ou aqueles que trabalhavam nas empresas agrícolas coletivizadas ou empresas estatais e estavam sujeitos frequentemente a uma irracional e sufocante direção administrativa de cima [...]. No entanto, a decisão da liderança chinesa de iniciar um processo de restauração capitalista também deve ser entendida no contexto da dinâmica geopolítica da Guerra Fria. O fracasso da China em retornar à pesada estratégia de industrialização dos anos 50 e, em particular, sua incapacidade de explorar efetivamente seus próprios recursos petrolíferos levou o governo chinês a buscar uma estratégia orientada para o exterior de integração com a divisão internacional do trabalho. Esta estratégia teve, no entanto, um impulso adicional pela dinâmica da Guerra Fria e pela divisão sino-soviética, como a China passou a ver uma aliança mais estreita com os EUA como um contraponto à ameaça soviética percebida. Do ponto de vista dos EUA, a orientação externa da China poderia ser bem-vinda, pois levaria a uma dependência de longo prazo dos EUA em termos de defesa, recursos e alta tecnologia.

No tocante ao papel desempenhado pelo Estado chinês como uma “revolução pelo alto”, típico de um processo de revolução passiva, Gray (2010: p. 456, tradução própria) assim sintetiza o argumento:

Primeiro, a restauração capitalista foi obtida através da criação de uma classe capitalista nascente fora das fileiras da própria burocracia partido-Estado. Os quadros transformaram as empresas estatais e coletivas locais em empreendimentos municipais; e mais tarde, quando o Estado adotou uma política de privatização de pequenas e médias empresas estatais, os ativos dessas empresas foram diretamente para as mãos dos quadros que os administravam. Em segundo lugar, o Estado chinês procurou promover a proletarianização dos trabalhadores através do dismantelamento do sistema socialista empresarial e da criação de um mercado de trabalho capitalista. A partir de meados da década de 1990, o governo abandonou seu compromisso de longa data com as estatais como a âncora central da economia chinesa. Isso levou à criação de um setor massivo de trabalhadores demitidos ou "desempregados" (xiangang). Em terceiro lugar, a descoletivização da agricultura pelo Estado no início dos anos 1980 desempenhou um papel fundamental na criação da força de trabalho semiproletária para o setor voltado para a exportação nas áreas costeiras que surgiram após a abertura das portas ao investimento estrangeiro no início dos anos 1980.

Escrito de outra forma, o processo capitalista conduzido na China trouxe à tona demandas desta massa de trabalhadores desempregados e em contexto de crescentes desigualdades face à nova realidade. Há ainda outros aspectos a serem ponderados neste processo histórico de revolução passiva:

A revolução passiva da China deve igualmente ser entendida no contexto dual da disseminação global das relações industriais capitalistas e do nascente surgimento das demandas subalternas. No contexto da industrialização dos Estados vizinhos do nordeste asiático, que se tornou cada vez mais evidente a partir da década de 1980, uma tendência nos círculos intelectuais chineses conhecida como "neautoritarismo" buscou explicitamente tomar emprestado o modelo de rápido desenvolvimento econômico em meio à ausência de liberdades políticas. No entanto, os nascentes movimentos de democratização nos países recém-industrializados também forneceram um exemplo cauteloso para as elites chinesas. A possibilidade de um movimento trabalhista politicamente consciente, polonês ou coreano, tem sido considerada uma fonte constante de



ameaça ao governo de partido único do PCC. O PCC só conseguiu estabelecer seu "excepcionalismo" em relação ao colapso dos Estados comunistas em 1989 através do uso de coerção física. No entanto, a tarefa de obter um consentimento social mais estável para o governo do Estado unipartidário mostrou-se um tanto difícil no contexto do desenvolvimento desigual trazido pelas políticas de reforma (GRAY, 2010: p. 457).

Buscando reestabelecer a posição hegemônica do Estado frente à nascente classe capitalista e as classes trabalhadoras e camponesas e simultaneamente minorar grupos potencialmente oposicionistas, a administração Jiang Zemin desenvolveu a ideologia das "Três Representações". Todavia, a representação das classes trabalhadoras e camponesas tornou-se mais fraca do que antes e alavancou os interesses das minoritárias classes médias e mais abastadas. Contudo, a estrutura de representação sindical na China, estatal e oficial, tem falhado em buscar passivizar as classes menos abastadas em um contexto em que há relações de trabalho repressivas e tentativas de enquadrá-las em marcos legais. Tais marcos, na forma de direitos formais dos trabalhadores, são uma faca de dois gumes: servem como instrumentos do Estado de tentar hegemonizar os trabalhadores e camponeses mas possuem também uma conotação de resistência de um movimento em franco crescimento. A título de exemplificação, foram registrados em 1994 10.000 protestos de massa envolvendo 730.000 participantes ante 74.000 e 3,8 milhões em 2004. Os números atuais tendem a ser maiores (GRAY, 2010: p. 457-461).

Tal processo histórico da China deságua na atual postura mais agressiva da gestão Trump de buscar reverter a perda de presença econômica relativa paulatinamente construída no processo histórico. O momento atual registra o ensejo de uma parte das classes e elites hegemônicas – e parcela daquelas classes hegemônicas também, no caso dos que acreditam serem os estrangeiros e migrantes a causa de todos ou da maior parte dos problemas estadunidenses – de dar novos contornos ao conflito inter-hegemônico.

Neste processo histórico, a postura e a gestão Trump não podem ter um peso maior que o processo histórico mais amplo em termos analíticos. A perda crescente relativa do peso econômico dos Estados Unidos – que responde hoje por cerca de 20% do PIB global – é certamente um dado importante, mas não único.

É impossível ter um parâmetro quantitativo preciso, mas é sabido da ampla superioridade militar norte-americana convencional e nuclear, com um orçamento nesta área beirando os 700 bilhões de dólares, quase quatro vezes o orçamento chinês nesta área, de cerca de 200 bilhões de dólares (RUIC, 2015).

Acrescente-se em termos dos demais aspectos da hegemonia, cultural, ideológico, linguístico, ético, econômico e em termos da organização do capitalismo ainda em conformidade com as diretrizes nucleares do fordismo com as devidas mudanças desde o início do século XX, a hegemonia estadunidense não tem sinais de um desgaste significativo. Pelo contrário, tudo conflui para avaliar que está cada vez mais fortalecida, a despeito do entendimento de que possa haver várias contradições e fissuras no conteúdo teórico-prático de todos estes aspectos. Dado todo o quadro analisado, há vários argumentos para sustentar que a relação de forças em termos históricos não esgotou todas as potencialidades históricas da hegemonia dos Estados Unidos, contraditórias e conflituosas, mas ainda sem elementos mais fortes de um desgaste terminal.

Feitas todas estas ponderações, passar-se-á às Considerações Finais.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O texto ora apresentado buscou se pautar por uma abordagem holista a partir da hegemonia em acepção gramsciana na sua forma incompleta – em termos da categoria de revolução passiva - como hipótese de trabalho para fundamentar a avaliação de um processo histórico em que os sinais relativos de enfraquecimento norte-americano são pontuais, mas insuficientes no todos para possibilitar um veredito de uma crise terminal. No conjunto dos vários aspectos a serem analisados – organicamente ligados entre si, com uma separação aceitável somente em termos metodológicos, inclusive nos planos nacional e internacional – a hipótese de manutenção da hegemonia estadunidense foi argumentada ao se mostrar como a articulação das várias possibilidades da produção da vida se articula com os aspectos desiguais e combinados de uma visão de mundo mais ampla que tem no fordismo e suas transformações um de seus principais núcleos.

Considerando-se que a linha argumentativa referida associada à hipótese defendida – referente à revolução passiva nas suas distintas manifestações históricas – também ser uma hipótese de trabalho não desenvolvida a fundo por Gramsci em seus cadernos carcerários, a questão imperativa – para além de qualquer dogmatismo ou avaliação apressada – demanda um aprofundamento dos argumentos e dos debates a partir dos vários elementos elencados que apontam o caráter tendente à passivização que marca a hegemonia nas suas mais distintas manifestações históricas. A despeito da chave da revolução passiva ser sugerida para a análise de vários processos históricos, a análise cuidadosa e mais sistemática dos mesmos nos termos de uma singularidade e uma totalidade no nexo orgânico entre teoria e prática se constitui em um trabalho longe de ser efetivamente dado como realizado.

## 5. REFERÊNCIAS

- BIANCHI, Alvaro. *O laboratório de Gramsci: filosofia, história e política*, São Paulo: Alameda, 2008.
- BUCI-GLUCKSMANN, Christine & THERBORN, Göran. *Le défi social-démocrate*, Paris: François Maspero, 1981.
- CLAYBERG, Richard P. *The problem of Soviet vulnerabilities*, Carlisle Barracks: Strategic Studies Institute, US Army War College, 1977.
- COX, Robert. W. Book review: Unravelling Gramsci: Hegemony and passive revolution in the global political economy by David Morton. *Capital & Class*, v. 93, p. 258-261, 2007.
- \_\_\_\_\_. Social forces, states and world orders: beyond international relations theory. *Millennium*, v. 10, no. 2, p. 126-155, 1981.
- COSPITO, Giuseppe. Struttura e sovrastruttura nei “Quaderni” di Gramsci. *Critica Marxista*, no. 3-4, p. 98-107, 2000.
- COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- DIAS, Edmundo Fernandes. Reestruturação produtiva e luta de classes: um prefácio. A ofensiva neoliberal, reestruturação produtiva e luta de classes. *Revista Outubro*, n.o 1, p. 45-52, 1998.
- \_\_\_\_\_. *Revolução passiva e modo de vida: ensaio sobre as classes subalternas, o capitalismo e a hegemonia*. São Paulo: Sundermann, 2012.
- DIAS ET ALII, Edmundo Fernandes. *O outro Gramsci*. São Paulo: Xamã, 1996.
- FRANCO, Thiago Fernandes. *Sobre a odisseia do capital – comentários acerca da historiografia do Imperialismo Capitalista em nossos dias*. Campinas: tese de Doutorado apresentada originalmente ao Instituto de Economia da Unicamp, 2015.
- GILL, Stephen (org.). *Gramsci, historical materialism and international relations*, Cambridge: Cambridge University, 1993.
- GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, volume 3.
- \_\_\_\_\_. *Quaderni del Carcere*, Torino: Einaudi, 1975.
- GRAY, Kevin. Labour and the state in China’s passive revolution. *Capital & Class*, v. 34, n.o 3, 2010, p. 449-467.
- HARVEY, David. *The Condition of Postmodernity – An Enquiry into Origins of Cultural Change*, Cambridge: Blackwell, 1992.
- HASELKORN, Avigdor. Impact of Sino-Japanese treaty on the Soviet security strategy. *Asian Survey*, v. 19, n.o 6, 1979, p. 558-573.
- HASSNER, Pierre. Western European perceptions of the USSR. *Daedalus*, vol. 108, n.o 1, 1979, p. 113-150.
- HILFERDING, Rudolf. *Finance capital – A study on the latest phase of capitalist development*, London: Routledge & Kegan Paul, 1981.
- HOBBSBAWM, Eric. *Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- KENNEDY, Paul. *Ascensão e queda das grandes potências: transformação econômica e conflito de 1500 a 2000*. Rio de Janeiro: Campus, 1991.
- KEOHANE, Robert O. *After Hegemony - Cooperation and Discord in the World Political Economy*, Princeton: Princeton University Press, 2002.
- KURZ, Robert. O triângulo de cartas. *Folha de São Paulo*, 05/02/2006. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs0502200605.htm>>. Acesso em 03/12/2016.
- MORTON, Adam David. A Geopolítica do Sistema de Estados e o Capitalismo Global em Questão. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, n.o 29, nov. 2007, p. 45-62.

- MURPHY, Craig. *International Organization and Industrial Change – Global governance since 1850*. Cambridge: Polity Press, 1994.
- PASSOS, Rodrigo Duarte Fernandes dos. Gramsci e a teoria crítica das relações internacionais. *Revista Novos Rumos*, v. 50, n. 2, 2013, p. 1-19.
- ROSENBERG, Justin. International relations in the prison of Political Science. *International Relations*, v. 30, n. 2, 2016, p. 127-153.
- RUIC, Gabriela. Os 15 países com os maiores gastos militares. *Exame*, 29 de abril de 2015.  
Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/mundo/os-15-paises-com-os-maiores-gastos-militares-2/>>. Acesso em 13/08/2018.
- RUPERT, Mark. *Producing hegemony: The politics of mass production and American global power*, Cambridge: Cambridge University, 1995.
- SAAD-FILHO, Alfredo.; AYERS, Alison. J. 2008. Production, class, and power in the neoliberal transition: a critique of coxian eclecticism. In AYERS, Alison. (ed.) *Gramsci, political economy, and international relations theory: modern princes and naked emperors*. New York: Palgrave Macmillan, p. 109-131.
- SMITH, Noah. By most measures, China has passed the U.S. and is pulling away. *Bloomberg opinion*. 18 de outubro de 2017. Disponível em: <<https://www.bloomberg.com/view/articles/2017-10-18/who-has-the-world-s-no-1-economy-not-the-u-s>>. Acesso em 11 de agosto de 2018.
- SULLIVAN, William K. *Soviet Strategy and NATO's Northern flank*, Carlisle Barracks: Strategic Studies Institute, US Army War College, 1977.
- THOMAS, Peter. “A virada de Moscou”: o diálogo entre Gramsci e os bolcheviques (1922 e 1923), *Revista Outubro*, n.o 30, maio de 2018, p. 174-189.
- WALLERSTEIN, Immanuel. *O declínio do poder americano: os Estados Unidos em um mundo caótico*, Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.
- WILLIAMS, Raymond. *Marxism and Literature*, Oxford: Oxford University, 1977.

Recebido em 06-05-2019

Aprovado em 09-08-2019

